



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS II – ALAGOINHAS
COLEGIADO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

REBECA ANUNCIÇÃO DIAS

**ESCOLA, RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA
PESQUISA DOCUMENTAL**

ALAGOINHAS/BA

2024

Rebeca Anunciação Dias

**ESCOLA, RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA
PESQUISA DOCUMENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado,
como requisito de aprovação no curso de
Licenciatura em Educação Física pela
Universidade do Estado da Bahia

Orientador (a): Prof. Dr Neuber Leite Costa

ALAGOINHAS/BA

2024

REBECA ANUNCIAÇÃO DIAS

**ESCOLA, RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA
PESQUISA DOCUMENTAL**

Trabalho de conclusão de curso, aprovado como requisito para a obtenção de título de Licenciada no curso de Educação Física da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Neuber Leite Costa
Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Prof. Dr^a Jaqueline Rodrigues da Silva
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof. Dr^a Viviane Rocha Viana
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Alagoinhas 05 de julho de 2024

Resultado _____

Escola, relações étnicos raciais e educação física: Uma Pesquisa Documental

RESUMO

O trabalho de conclusão abordou a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), os quais versam sobre a execução da legislação que assegura a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Para isso, foi conduzida uma revisão da literatura e de documentos. Em seguida, foram examinados cinco PPPs com o intuito de identificar como eles tratam da relação entre a Educação Física e as questões étnico-raciais. A análise dos documentos voltados para a Educação Física e as relações étnico-raciais teve como propósito compreender como essa conexão se desdobra nas escolas estaduais do Território 18 – Litoral Norte e Agreste Baiano. Por fim, foi constatado que, apesar dos progressos ao longo do tempo, ainda há um longo caminho a ser percorrido para uma efetiva integração desses temas no dia a dia escolar.

Palavras-chave: Educação física; Igualdade racial; Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT

The conclusion work addressed the analysis of Political Pedagogical Projects (PPPs), which deal with the implementation of legislation that ensures Education for Ethnic-Racial Relations (ERER). To this end, a review of literature and documents was conducted. Next, five PPPs were examined with the aim of identifying how they deal with the relationship between Physical Education and ethnic-racial issues. The purpose of analyzing documents focused on Physical Education and ethnic-racial relations was to understand how this connection unfolds in state schools in Territory 18 – North Coast and Agreste Baiano. Finally, it was found that, despite progress over time, there is still a long way to go to effectively integrate these themes into everyday school life.

Keywords: Physical education; Racial equality; Ethnic-Racial Relations.

INTRODUÇÃO

Quando se pensa no Brasil, é possível observar a sua pluralidade. Historicamente, o Brasil é um país miscigenado, com uma herança advinda de outras culturas. Como resultado, apresenta-se como um país multifacetado, com diversos modos de pensar, estilos e formas de pensar e ser, onde é constitucionalmente justo e necessário que todos sejam incluídos e respeitados. Nesse sentido, o presente estudo foi desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tendo seu início a partir de uma vivência como bolsista no projeto de iniciação científica realizada no ano de 2022, e agora apresentamos sob forma de Trabalho de Conclusão de Curso, após aprofundamento da pesquisa inicial, centrou sua análise na educação das relações étnico-raciais, estando diretamente ligado ao componente curricular de Educação Física das escolas públicas estaduais de Alagoinhas-Bahia.

Quando se discute a educação étnico-racial, é extremamente necessário respeitar e valorizar a diversidade étnico-racial em um país multicultural como o Brasil, visto que, no cenário educativo brasileiro, as culturas africana e indígena sempre foram marginalizadas, sendo reduzidas apenas a momentos de comemorações. Dentro da Educação Física, é notória uma urgência em atualizar as metodologias usadas no processo de ensino, pois é importante que exista uma promoção da cultura corporal diversificada e legítima dentro das visões afro-brasileiras e indígenas.

Diante a urgência de atualizar as metodologias utilizadas, foi incorporada em 2003 a lei 10.639 qual fazia uma modificação no texto inicial que tratou de institucionalizar a obrigatoriedade, em âmbito nacional, da abordagem sobre a História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. Após 21 anos da promulgação dessa lei, analisamos como a escola, em especial Educação Física, vem se adequando e desenvolvendo essa demanda. Em 2008, outra alteração incorporou ao texto anterior a palavra Indígena, contemplando os povos originários e aumentando as possibilidades de intervenção pedagógica.

A necessidade de obrigar a escola a educar para as relações étnico-raciais em um país multicultural, por si só, já chama atenção. O modelo educativo implementado no Brasil inviabilizou por muitos anos a história e a cultura das matrizes africanas e indígenas, reduzindo-as a momentos esporádicos, erráticos e comemorativos.

Por sua vez, a Educação Física implementada no Brasil, tem origens europeias e, até hoje, reverbera em seu ensino e trata questões relacionadas a sua visão de mundo. Dessa forma, o movimento e o corpo transfigurado no que denominamos de cultura corporal necessita ser revisado nas escolas brasileiras.

O problema central se deu em como a disciplina de Educação Física está integrando estratégias pedagógicas para promover a educação sobre relações étnico-raciais nas escolas da rede estadual?

O objetivo foi, por meio da leitura e análise das produções documentais cujo os objetos de estudo foram a Educação Física e as relações étnico-raciais, compreender como se dá nas unidades escolares estaduais da cidade de Alagoinhas, no qual faz parte do Território 18 – Litoral Norte e Agreste Baiano, a correlação entre os dois objetos supracitados. Buscou-se identificar, por meio do levantamento e análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das unidades estaduais, a presença do tema na sua construção.

Diante do que será discutido, é importante que seja entendido o que é o PPP em seu conceito. O Projeto Político-Pedagógico pode ser entendido como o documento dinâmico construído de forma coletiva por parte dos que estão inseridos no processo educacional, ele apresenta a escola, o meio social onde ela está inserida, bem como a comunidade ao entorno da instituição.

METODOLOGIA

O trabalho se constitui como uma pesquisa qualitativa por utilizar, como base para análise de documentos em âmbitos federal e estadual. Foram analisados os PPP's, as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outros documentos federais e estaduais. Em seguida, foram levantadas informações acerca dos PPP's das unidades escolares, identificando como a área do conhecimento de Educação Física propõe o desenvolvimento do trato com o conhecimento dos seus conteúdos com a educação para as relações étnico-raciais.

Sobre a pesquisa documental, é importante entender que, segundo Caulley *apud* Lüdke e Andre (1986, p.38), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”. Dentro desse mesmo contexto, Helder (2006) afirma que a técnica documental se vale de

documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor.

Desse modo, a pesquisa teve como campo de estudo cinco escolas estaduais do município de Alagoinhas no qual fazem parte do Núcleo Territorial de Educação 18 (NTE18), localizado no Litoral Norte e Agreste Baiano, com sua sede na cidade de Alagoinhas-Bahia e é composto por 63 escolas distribuídas por 22 municípios, um dos objetivos do NTE é discutir novas propostas e projetos para interação dos estudantes com as escolas.

A pesquisa foi dividida em quatro etapas: na primeira etapa, foi feito o levantamento bibliográfico para a construção do referencial teórico, sendo selecionado a partir do Google acadêmico 28 artigos. Dentro dos selecionados, apenas 16 artigos foram incluídos para embasamento teórico na construção do trabalho de conclusão de curso, e 12 foram descartados. Para realizar a busca por esses artigos, foram utilizados os seguintes descritores: *educação física, étnico racial e projeto político pedagógico*. Tendo como critério de inclusão foi usado artigos que abordassem em sua totalidade o tema que discutido, e foram excluídos os artigos que apesar de apresentarem os descritores empregados na pesquisa, em seu corpo escrito, a sua discussão não se relacionava com o tema discutido.

Na segunda etapa, foi realizado o levantamento através do NTE-18 de quantas instituições de ensino da rede estadual existia, e que estavam ativas na cidade, através desse levantamento observamos que existia na cidade 15 escolas ativas em total funcionamento. Após colher essa informação, foi elaborado um fichamento com o intuito de organizar o contato e a visita as escolas. Por meio de diálogo feito pessoalmente, e também através de contatos por ligação, e-mail, e WhatsApp com os responsáveis, foi exposto o objetivo do desenvolvimento da pesquisa, bem como a garantia do anonimato institucional. Posteriormente, foram solicitados os PPP's das unidades. Contudo, das 15 unidades contatadas, apenas 5 instituições colaboraram com a pesquisa, cedendo o PPP, as demais não deram retorno, e outras informaram que o PPP estava arquivado, ou perdido e que não tinham uma cópia,

Na terceira etapa, procedeu-se ao início da análise de cada um dos documentos recebidos, sendo realizada uma busca por termos relevantes ao tema, tais como educação física, racial, relações e escola. Para além disso, efetuou-se nova busca de documentos que colaborassem com a temática discutida. Por fim, na quarta

etapa após extração dos dados dos PPP's, foi realizada uma análise, bem como discussão dos mesmos, com o intuito de responder às questões suscitadas.

O projeto Político Pedagógico PPP

O PPP, é um documento presente nas instituições de ensino e assegurado pela constituição federal de 1988, em seus artigos, 205 ao 214 que trata a educação, pela lei de diretrizes e base da educação nacional (lei 9.394/96-Ldb), diretrizes curriculares nacionais da educação básica, e diretrizes curriculares estaduais do sistema público Estadual de Ensino, tal documento é elaborado em conjunto e forma democrática onde toda a comunidade escolar tem a oportunidade de participar da sua criação sendo um trabalho de constante reflexão (Martiniano e Santos 2016).

Segundo Libâneo (2004) o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino, os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Dentro desse contexto Silva e Giordano (2023, p. 20) afirmam que “a construção do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar está relacionada com a prática de gestão que se constituirá. Se a atuação do gestor escolar estiver respaldada na perspectiva da concepção democrática.” Seguindo a conceituação do PPP, Veiga (1998), colabora quando diz que o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, pois não deve ser construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas.

Seguindo a construção desse pensamento Veiga (1998, p. 3) ainda aborda que projeto Pedagógico ele se configura em duas dimensões:

a política e a pedagógica. Ele é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade e é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando a efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade (Veiga 1998, p. 3).

Ainda dentro da discussão Veiga (2001, p.11), traz que a concepção de um Projeto Pedagógico deve apresentar características tais como:

- a) ser processo participativo de decisões;

b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;

c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;

d) conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica.

Nesse sentido o político e pedagógico têm assim uma indissociável, visto que um complementa o outro, dessa forma faz-se necessário considerar esse espaço um como um momento de constante reflexão e discussão sobre os problemas que a escola pode ter, buscando alternativas que sejam viáveis para a sua resolução.

Dentro desse panorama vale ressaltar que as questões étnico-raciais começou a se modificar, a partir da promulgação da Lei 10.639-03, quando os pesquisadores passaram a repensar a importância em abordar os conteúdos relacionados as questões da temática (SOUZA, 2020), visto que o ensino de conhecimentos sobre a história e cultura negra na educação física brasileira, sempre foram deixados para o plano secundário e por vezes, tendo reduzida a presença entre os temas e conteúdos selecionados para as aulas desse componente curricular.

Grison (2023, p. 63) colabora com o que vem sendo abordado ao afirmar que o debate sobre as relações étnico-raciais no Brasil deve ter como ponto de partida a compreensão de que o racismo é estrutural, ou seja, faz parte da construção da nossa sociedade e um avanço contra esse status depende de diversos fatores como a denúncia, o repúdio moral e, principalmente, de posturas e da adoção de práticas antirracistas. Ao analisar os PPPs em sua pesquisa, Grison questiona como se dá a articulação das questões étnico-raciais, dentro do currículo escolar em articulação com disciplina de Educação Física buscando assim compreender como se configura o trabalho docente e as relações étnico-raciais dentro desse contexto. A autora propõe uma reflexão aprofundada sobre a integração das questões étnico-raciais nas dinâmicas pedagógicas, mostrando a relevância de um programa educacional que seja inclusivo e que promova a equidade.

O estudo investiga de que forma as abordagens pedagógicas e a disciplina de Educação Física podem contribuir para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor e consciente da diversidade étnico-racial. Essa avaliação é essencial para

identificar lacunas existentes e sugerir estratégias que estimulem a inclusão e o reconhecimento das múltiplas identidades culturais e raciais no contexto escolar.

A educação para as relações étnicos raciais

A diversidade étnico-racial sobre a qual o Brasil foi construído sempre esteve pautada pela ideologia racista colonialista, em que a cultura branco-europeia impôs uma pretensa superioridade racial, desvalorizando, desmerecendo e suprimindo as culturas ditas minoritárias (Pomin, 2020). Ao pensar em educação racial e relações étnicas, é importante lembrar que a sociedade brasileira é pluralista. Sendo assim, além de compreender essa diversidade, é importante conhecer, respeitar, valorizar, e entender que a presença dos negros e indígenas, em suas diversas raças e culturas, muitas vezes é esquecida no currículo escolar.

De acordo com Piva (2020) o termo étnico-racial apresenta as questões relacionadas tanto às características físicas, como às culturais, políticas e identitárias da população negra brasileira. Dessa forma, a educação das relações étnico-raciais exige novas aprendizagens. Em consonância com estas ideias, o parecer do Conselho Nacional de Educação 03 de 2004, enfatiza:

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente (BRASIL, 2004a, p. 5).

Tendo como base a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o sucesso de pedagogias de combate ao racismo e de todas as formas de discriminação depende da desconstrução de alguns conceitos e estereótipos formados historicamente na perspectiva de uma sociedade marcada pela hierarquização das diferenças (PIVA, 2020).

A este respeito Silva afirma:

Estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza. Significa também conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira (SILVA, 2005, p. 156).

Dessa forma entende-se que analisar essas leis friamente é reviver a história de um povo e de suas origens e buscar conhecimento para conseguir distinguir o sofrimento e os percalços do caminho de uma determinada raça, vai além somente de estudar as leis, é conhecer, é sentir em si cada detalhe de sofrimento até as melhoras que ocorrem nos dias atuais

Resultados e discussão

Dentro do território identidade na NTE 18, no qual é formada por 15 escolas no município, apenas 5 escolas disponibilizaram o PPP para o desenvolvimento da pesquisa. A fim de garantir o anonimato das instituições, todas serão identificadas pelas seguintes letras: A, B, C, D e E. Todos os documentos apresentam a unidade escolar apontando a estrutura física, corpo docente e gestão.

A **Tabela 1** abaixo mostra um descritivo trazendo o porte da escola (tamanho e capacidade estrutural), modalidade de ensino e quantidade de aluno em cada unidade.

Tabela 1 – Unidades Escolares			
Escola	Porte (Capacidade estrutural)	Modalidade de Ensino	Quantidade de Alunos
A	Médio	Fundamental II, Médio EPI e EJA	Desconhecido
B	Grande	Ensino Médio e EJA	923
C	Desconhecido	Fundamental II e Ensino Médio	609
D	Grande	Ensino Médio	1202
E	Desconhecido	Fundamental, Ensino Médio, EJA	Desconhecido

Elaborado pela autora.

EPI: Educação Profissionalizante Integrada

EJA: Educação de Jovens e Adultos

Quando se trata da abordagem do assunto relações étnico-raciais, vale destacar a Lei 10.639/03 onde determina a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira, essa lei é considerada um marco na educação brasileira, pois determina o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e coloca o Dia da Consciência Negra como um dia agendado no calendário escolar.

Em 2008 surge a lei 11.645, onde a mesma altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo assim em seu segundo artigo a obrigatoriedade de ensinar os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros sendo ministrado em todo currículo escolar.

Os projetos político-pedagógicos (PPP) das escolas devem refletir essas diretrizes, integrando as questões étnico-raciais de forma explícita e eficaz. No entanto, a prática nem sempre corresponde à teoria, quando são analisados os PPP's, é possível perceber que, dos cinco que são analisados apenas um aponta em seu conteúdo que a lei 11.645/2008, foi integralizada em seu currículo, porém com a inclusão vem o direcionamento para que se dê preferência as algumas disciplinas como: educação artística, literatura e histórias brasileiras.

Sendo assim a aplicabilidade dessa lei na referida unidade escolar, vai preparar os estudantes para saber interagir em sociedade como um ambiente de diversidade, se identificando como sujeitos importantes e necessários na historicidade, independente de situação social econômica e principalmente étnica.

Quando foi analisado o ponto de vista da Educação Física, foi possível verificar que o primeiro PPP, referente à "Escola A", apresenta uma abordagem onde a Educação Física vai tratar da cultura corporal em sentido amplo, considerando inclusive a fase vivenciada pelos (as) estudantes. Gestos, movimentos e seus significados; a expressão corporal como linguagem não-verbal; cultura corporal e cultura verbal; cidadania e espaços públicos de lazer; danças e ritmos tradicionais; ludicidade e expressão corporal.

Tudo isso envolve a diversidade cultural brasileira impressa nos movimentos comunicativos do corpo. Essa é uma questão que tem sido presente em todos os documentos analisados visto que não existe uma colaboração entre as diversas áreas do conhecimento, ficando muitas vezes cada uma isolada dentro de sua própria área.

O documento aborda a diversidade cultural, mas não faz menção as relações étnico-raciais, o referido documento foi elaborado no ano de 2018, e deixa muitas lacunas, visto que não apresenta um plano de ação, tampouco atividades que faça valer a aplicação da lei 10.639/03. Tal documento demonstra uma preocupação com o desenvolvimento das aulas de Educação Física, visto que a unidade traz em seu texto aspectos importantes que podem ser trabalhados dentro das aulas. No entanto, deixa a desejar quando não aproveita as ideias para discutir e integrar em seu PPP as questões étnico-raciais.

O PPP da “Escola B” foi elaborado no ano de 2023, e nele constam informações atuais da estrutura física, apresentando para o leitor o fato de que, dentro do colégio, há um pátio oferecendo uma imagem mais clara dos recursos disponíveis para a prática de educação física, quando cita a quadra poliesportiva. Apesar de ser um documento recente, seus elaboradores não trouxeram questões raciais para a discussão, o que deixa o documento muito restrito ou, de certa forma, falho naquilo a que se propõe. O PPP mostra para o leitor informações relevantes, apesar de que, como já referido, falha no aspecto de contemplar questões étnico-raciais.

A “Escola C” aborda que possui como competências coordenar a aplicação do componente Educação Física no corpo discente, bem como o planejamento de atividades afetas a ele, como jogos, gincanas e afins, além de outras que se relacionem com o incentivo ao bem-estar do indivíduo sob o viés educacional. Porém, não apresenta para os alunos as relações raciais. Embora incentive a praticar esportes, é importante destacar que é mandatório que haja educação e esclarecimentos no que se refere às relações étnico-raciais no ambiente educacional.

A “Escola D” e a “Escola E” possuem PPP’s datados de 2012 e 2019, respectivamente. Ambos trazem algo em comum: não abordam as aulas de Educação Física nem as questões raciais. A falta de tais informações é preocupante, visto que, à luz da legislação, é obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar, partindo do pressuposto de que a escola desempenha um papel crucial no futuro das crianças, que se tornarão adultos, observa-se nos (PPP’s) uma lacuna significativa em relação às informações atualizadas sobre as leis e às mudanças sociais que estão ocorrendo na sociedade

A falta de abordagem da Educação Física dentro desses documentos pode transparecer como se não houvesse – e talvez não haja – valorização adequada. Um dos objetivos da prática de atividade física, expressas na Educação Física, é que haja

o desenvolvimento psicomotor, uma consciência corporal que será de grande utilidade na criança/jovem que a pratica (SILVA, et al., 2011), sendo a instituição escolar um ambiente propício para tal. Além disso, permite interação social, desenvolvimento de novas habilidades, algumas que o aluno sequer imaginava que pudesse desenvolver (ZUNINO, 2008).

Por outro lado, pode-se perceber que os PPP's estão desatualizados, o que torna necessário fazer uma atualização desses documentos, de modo que leve a comunidade escolar a refletir as práticas e necessidades atuais. Em um país multicultural a não menção das questões étnico-raciais se torna ainda mais preocupante, posto que é na escola que se aprende a pensar de forma mais generalista (SILVEIRA, 2002), e é necessário que essa escola instrua de forma adequada aquelas que nela estão. A escola deve garantir equidade – não igualdade - na sua educação, levando a todos o conhecimento necessário (GOMES, 2006).

Considerações Finais

A Educação Física, assim como as relações étnico-raciais, está sendo influenciadas pelo avanço significativo da tecnologia e da inovação. Essas mudanças não se restringem apenas às máquinas e indústrias, mas permeiam diversas áreas da vida cotidiana. Nesse contexto, é crucial que as escolas e universidades se adaptem cada vez mais às políticas de inclusão e aos métodos de ensino mais inclusivos, especialmente ao abordar a interseção entre Educação Física e as relações étnico-raciais, como construção coletiva as escolas não podem funcionar sozinhas. É também responsabilidade dos cuidadores familiares - pais, irmãos, tios, avós e babás - incorporar ideias de igualdade étnica e racial na vida diária. Mesmo que as escolas se esforcem para promover esses valores, esses esforços seriam incompletos se não houvesse uma colaboração ativa e consistente por parte dos cuidadores familiares.

Para que as relações étnico-raciais sejam implementadas de forma satisfatória nos ambientes educativos, é importante que o trabalho de inclusão saia do papel e seja aplicado na pratica cotidiana dentro dos componentes curriculares e que ocorram interações entre professores e alunos.

Há necessidade de incorporar esses temas na perspectiva do currículo e da prática docente. A incorporação de temas étnicos no currículo de educação física pode ajudar a quebrar preconceitos dentro e fora do ambiente escolar. Muitos dos

comportamentos que os alunos aprendem na escola permanecem com eles por toda a vida.

Ao analisar os PPPs, pode-se perceber que existe uma necessidade urgente de atualização dos documentos, de forma que seja incluída a diversidade étnico-racial. Se tratando de documentos públicos, o Projeto Político Pedagógico - PPP tem que ser de acesso a todos que querem consultar, não restrito à unidade escolar.

Enquanto isso, urge que o Estado, os educadores e a sociedade lutem contra a discriminação, a favor da equidade de direitos e da universalidade de uma educação de qualidade.

Não se sabe o motivo pelo qual algumas instituições não mantiveram contato ou não disponibilizaram seu PPP, e outras mantem o documento desatualizado. Depreende-se, contudo, que tais instituições podem estar fechadas a mudanças, sugestões, melhorias. Espera-se que tais instituições escolares ajustem suas lacunas e propiciem avanços em seu processo educacional, pois, desse modo, contribuirão para um mundo melhor.

A integração das relações étnico-raciais no componente Educação Física, avaliada nos PPPs, ainda encontra obstáculos significativos na implementação de estratégias pedagógicas eficazes. Apesar de alguns avanços, a incorporação dessas questões nas aulas de Educação Física muitas vezes fica aquém das expectativas.

Para incluir estes temas com sucesso, é crucial ter um esforço colaborativo que envolva formação de professores, atualizações curriculares e práticas pedagógicas inclusivas, juntamente com um compromisso mais amplo das instituições e comunidades. A análise das PPPs destaca a necessidade premente de atualizações e de uma abordagem proativa para garantir a integração abrangente das questões étnico-raciais no ensino da Educação Física, contribuindo assim para o estabelecimento de um sistema educacional mais justo e equitativo.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 2003: Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.

_____. Parecer nº 03/2004 CNE/CP. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e africana**. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de mar. de 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GRISON, Francine Cruz; GASPAROTTO, Guilherme da Silva. **Relações étnico-raciais na prática pedagógica dos professores de Educação Física: estudo exploratório em escolas estaduais de Curitiba**. INTERFACES DA EDUCAÇÃO, [S. l.], v. 14, n. 40, p. 62–82, 2023. DOI: 10.61389/inter.v14i40.5712. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5712>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ETCHEPARE, L. S. **A avaliação escolar da Educação Física na rede municipal, estadual, particular e federal de ensino de Santa Maria. 2000**. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento Humano) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

GOMES, N. L. **Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica**. In: ABRAMOWICZ, A.; BARBOSA, M. A.; SILVERIO, V. R. **Educação como prática da diferença**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

PIVA, Caroline Tito Miranda. **Educação das relações étnico-raciais e prática pedagógica**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 04, Vol. 02, pp. 49-61. abril de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/relacoes-etnico-raciais>.

POMIN, Fabiana; CAFÉ, Lucas Santos. **Educação para as relações étnico-raciais na educação física para além da capoeira**. Motrivivência, [S. l.], v. 32, n. 63, p. 1–23, 2020. DOI: 10.5007/2175-8042.2020e74127. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/74127>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, C. V. G.; GIORDANO, D. X. F. **Projeto político pedagógico: uma discussão acerca dos direitos humanos e das relações étnico-raciais. Ensaios Pedagógicos**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. p.19–28, 2023. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/291>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SILVA, V. S. et al. **A importância da Educação Física Escolar no desenvolvimento motor de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental**. Buenos Aires: EFDeportes 2011. D

SILVEIRA, M. J. **Educação, Diferenças e Desigualdade: a contribuição da escola neste enfrentamento**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Integrative review: what is it? how to do it?**. Einstein (São Paulo), [S.L.], v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: < <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf> >. Acesso em 23 mai 2024.

ZUNINO, A. P. **Educação Física: Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano**. Curitiba: Positivo, 2008.